

**HABEAS CORPUS Nº 495.005 - MS (2019/0053906-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**ZELIANA LUZIA DELARISSA SABALA - MS005888**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : GILMAR CAMARGO DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

**GILMAR CAMARGO DA SILVA** acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0041802-38.2018.8.12.0001, em que **foi cassada a decisão que lhe concedeu a benesse da comutação de penas.**

A defesa alega que "não faria sentido impedir que aquele que está em regime fechado ou semiaberto tenha a pena indultada ou comutada, deferindo-se o benefício apenas aqueles que estão em regime aberto ou livramento condicional" (fl. 11), razão pela qual **requer o restabelecimento da decisão de primeiro grau.**

Deferida a liminar (fls. 90-91) e prestadas as informações (fls. 100-103 106-113), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 123-128), que opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**Decido.**

Ao reformar a decisão primeva, a Corte de origem apontou que o Decreto n. 9.246/2017 "excluiu do rol daqueles que podem ser beneficiados com a concessão do indulto ou comutação, as pessoas que cumprem pena em regime fechado e semiaberto" (fl. 64).

Todavia, consoante a redação do art. 7º, I, "b", do referido decreto, a partir do qual o paciente foi beneficiado, "[a] comutação da pena privativa de liberdade remanescente, aferida em 25 de dezembro de 2017, será concedida, nas seguintes proporções: I - à pessoa condenada a pena privativa de liberdade: a) em um terço, se não reincidente, e que, até 25 de dezembro de 2017, tenha cumprido um quarto da pena; b) em um quarto, se

reincidente, e que, até 25 de dezembro de 2017, tenha cumprido um terço da pena".

Portanto, não foi instituído no diploma legal em comento qualquer vedação à concessão dos benefícios nele previstos àqueles condenados em cumprimento de pena dos regimes fechado ou semiaberto, como na hipótese. A imposição de tal óbice consiste em requisito não disposto no decreto presidencial, o que é vedado pela legislação pátria.

Nesse sentido, trago à baila julgado desta Turma, reiterando o caráter taxativo do favor legal, concedido pelo Presidente da República, que não comporta outras hipóteses fora da sua própria disciplina, para afastar o direito do apenado ao benefício postulado. Confira-se:

[...]

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, na análise do pedido de comutação de penas, o **magistrado deve restringir-se ao exame do preenchimento dos requisitos previstos no decreto presidencial, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da separação dos poderes, porquanto, os requisitos para a concessão da benesse são da competência privativa do Presidente da República.**

No caso dos autos, o pedido de comutação da pena foi indeferido pelo Juízo da Execução com fundamento no art. 1º, do Decreto Presidencial n. 14.454/2017, que elenca os requisitos para a concessão do indulto. Entretanto, o benefício requerido pela paciente está descrito no art. 2º do referido Decreto Presidencial, de modo que **não cabe ao julgador criar novos requisitos além daqueles estabelecidos na referida norma.**

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar ao Juízo da Vara de Execuções que reaprecie o pedido de comutação formulado pela paciente com base no Decreto Presidencial n. 14.454/2017, restringindo-se aos requisitos objetivamente previstos no ato normativo (**HC n. 444.448/SP**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T. DJe 19/12/2018, sublinhei).

[...]

**3. No vertente caso, sustenta-se a impossibilidade de negar ao paciente a comutação de pena, porque a falta disciplinar não seria causa de interrupção do lapso para**

a obtenção do benefício, e que a aludida falta foi cometida antes do período de 12 meses que antecederam a publicação do Decreto n. 7.648/2011, não podendo obstar a pretendida benesse.

4. Segundo a jurisprudência que se firmou nesta Corte, os requisitos exigidos para a comutação de penas estão taxativamente previstos nos decretos presidenciais, que, no caso, é o Decreto n. 7.648/2011. Assim, qualquer outra exigência configura constrangimento ilegal.

5. Impetração não conhecida. Ordem de habeas corpus concedida, de ofício, a fim de determinar ao Juízo das Execuções Criminais que aprecie o pedido de comutação de pena formulado pelo paciente, com base nos requisitos previstos no Decreto Presidencial n.7.648/2011 (HC n. 269.488/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, 6ª T., DJe 3/8/2013, destaquei).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem** para, confirmada a liminar, restabelecer a decisão de primeiro grau, que concedeu a comutação de penas ao paciente.

Comunique-se, **com urgência**.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**